

Excelência Presidente da Assembleia Nacional

Excelências Deputados

Excelências Auxiliares do Titulares do Poder Executivo

Excelentíssimo Senhor Governador do BNA

Angolanas e angolanos

Saudamos em primeiro lugar todas as Angolanas e todos os Angolanos, o mesmo que:

* Omanu vosi Kalungi

* Ekangu Angola Kyambote Kyenu

*Mbunga ya mu Angola mwoyo wenu

*Mwiji wa Ngola nganumenekena

*Singola Mbote

*Edolele da Angola Ohatumupopita.

Saudamos em segundo lugar todas as crianças do mundo e de África em Particular pela celebração dos dias 1 e 16 de Junho, datas dedicadas às crianças.

O Parlamento ao analisar hoje a Conta Geral do Estado de 2017, fá-lo no exercício da função de controlo e fiscalização ao Titular do Poder Executivo, para saber como foi executado realmente o OGE, por via dos balanços orçamental, financeiro, patrimonial, e demonstração das variações patrimoniais, acompanhados das respectivas notas explicativas, nos termos do artigo 58.º da Lei 15/10 de 14 de Julho, Lei do Orçamento Geral do Estado, por força dos artigos 104.º/4 e 162.º/b, todos da Constituição.

É, assim, uma função pedagógica que visa exigir de quem governa ou dirige a Administração do Estado e todos serviços, a justificação perante os representantes do povo, os Deputados, daquilo que programou e executou com os dinheiros previstos no Orçamento Geral do Estado.

Excelências,

Caros concidadãos

Ouvimos repetidas vezes que “não se exerce fiscalização”, mas vemos, ouvimos e acompanhamos delegações parlamentares que fazem constatações ou visitam instituições do Estado para aferirem das condições de trabalho, da realização ou concretização dos projectos de infra-estruturas. Por isso, parece-

nos que quem o faz, confunde a fiscalização política em matéria de execução do OGE com a fiscalização judicial do Tribunal de Contas que pode anular um contrato, recusar o visto ou aplicar uma sanção reintegradora ao autor do acto irregular ou em contradição com a lei.

A fiscalização política no nosso modelo constitucional não se confunde com a sanção ou responsabilidade política directa ou imediata de quem exerce o poder executivo, como ocorre nos modelos de tipo parlamentar puro ou semipresidencial, onde pode haver lugar a moção de censura ao Governo, por ser de onde vem a legitimidade dos Primeiros Ministros.

No modelo de fiscalização angolano existem limites expressos quer do Parlamento quer do Titular do Poder Executivo, exigindo separação e interdependência de funções por coordenação, pois ambos poderes têm a legitimidade democrática directa do povo, facto pelo que o controlo é recíproco.

Fiscalizar é aferir, observar e velar pelo cumprimento da Constituição e da lei. Ao constatarem-se irregularidades, recomenda-se, aconselha-se para que se tomem as acções que visem a correcção das falhas constatadas. E, em caso de factos graves cabe aos órgãos competentes como o Ministério Público averiguar e aos tribunais julgarem para dirimirem conflitos públicos ou privados cujas deliberações prevalecem sobre todas outras, segundo os artigos 174.º/2, 177.º e 186.º todos da Constituição da República de Angola. Por isso, temos de começar a exercer as nossas funções com contenção argumentativa por respeito pelo princípio democrático e supremacia da Constituição.

Devemos assim entender que fiscalizar e controlar não deve significar gerar desconfiças ou suspeições generalizadas entre poderes, mas é a cooperação dos poderes, trocando informações com espírito de boa-fé.

Excelências,

Angolanos e Angolanas,

O novo Regimento da Assembleia Nacional de 2017 que conformou o anterior Regimento de 2013 com o Acórdão do Tribunal Constitucional 319 de 2013, vem fundamentar e sustentar o que estabelece no nº 2 do Artigo 275º do Regimento da Assembleia Nacional, o qual refere que "A Assembleia Nacional aprecia a Conta Geral do Estado até 30 de Junho do ano seguinte ao da sua recepção".

Por seu turno, o nº 1 do Artigo 276º ao referir que "Após a sua recepção, a Conta Geral do Estado é remetida às Comissões de Trabalho Especializadas que atendem as matérias constitucionais e jurídicas, as matérias de economia e finanças e as matérias da administração do Estado e do poder local para apreciação, verificação e de elaboração do Relatório Parecer Conjunto, nos termos do Regimento da Assembleia Nacional", quer dizer que a apreciação tem como base de suporte este mesmo Relatório Parecer Conjunto.

Excelências,

Angolanas e Angolanos,

Tal como referimos aquando da apreciação da Conta Geral do Estado de 2016, desde 2011 que a elaboração e apresentação da Conta Geral do Estado vem paulatinamente registando melhorias que reflectem o esforço em trazer de forma clara e transparente todas as operações ligadas à execução do OGE, de acordo com os programas elaborados pelo Executivo angolano.

A Conta Geral do Estado de 2017 foi elaborada tendo em conta as recomendações do Tribunal de Contas, apresentadas no relatório e parecer sobre a Conta Geral do Estado referente aos Exercícios de 2015 e 2016, contando também, para o exercício de 2017, com o competente parecer do mesmo Tribunal, conferindo-lhe a seriedade e a transparência necessárias para que as nossas avaliações sejam as mais próximas da verdade. Por esse facto, felicitamos o Executivo e o Tribunal de Contas pelo trabalho efectuado.

Excelências,

Angolanas e angolanos,

Já é sobejamente conhecido que as oscilações que ocorrem permanentemente nos preços do petróleo têm produzido impactos adversos ao desenvolvimento da nossa economia, o que ocorreu também no ano de 2017, obrigando a adopção de medidas de gestão conjuntural, com destaque para os domínios fiscal e monetário, com vista a amortecer esses impactos, aspecto que também nos levou à revisão do OGE de 2019, ainda neste mês de Junho.

Também sabemos que no ano de 2017 foi desenvolvido um grande esforço financeiro para assegurar a realização exitosa das eleições gerais que ocorreram nesse ano, cuja organização e resultados foram elogiados pelas diferentes organizações, tanto nacionais como estrangeiras, mas que certamente provocou, face à arrecadação de receitas abaixo do previsto inicialmente, que outras despesas igualmente importantes tivessem que ser adiadas, em especial as despesas com investimentos públicos.

Excelências;

Ao olharmos para a execução da despesa por função, pode-se verificar que o sector social absorveu 33%, a defesa e segurança 27%, os assuntos económicos 23% e os serviços públicos gerais ou a administração do Estado 17%. As Despesas de Capital, nomeadamente o serviço da dívida, absorveram acima de 40% dos recursos disponíveis, enquanto que a rubrica Encargos com Pessoal, registou uma realização que representa cerca de 22% da despesa total realizada.

Estes elementos permitem-nos concluir que não obstante as dificuldades encontradas na concretização dos vários objectivos estabelecidos no Plano Nacional de Desenvolvimento 2013 – 2017, fruto da exiguidade de recursos pelas razões já apresentadas, **foi possível no entanto, assegurar as**

despesas mínimas de funcionamento das instituições do Estado, os salários da função pública, a manutenção dos serviços básicos de saúde e saneamento do meio ambiente, o fornecimento de água e de electricidade, os serviços de educação, a manutenção da paz, da estabilidade e da segurança nacional, destacando, como já atrás afirmamos, as eleições gerais de Agosto de 2017.

Excelências,

Angolanas e angolanos,

Não obstante todas essas realizações, observa-se que as despesas executadas em Projectos de Investimento Público (PIP), as quais representam os gastos efectuados em formação bruta de capital fixo e em bens duradouros, foi realizada com uma taxa de execução de 45%.

Assim, embora 2017 já lá vai e estamos a meio do ano de 2019, entendemos ser necessário um exercício de vigilância sobre todo o processo de planeamento, execução e controlo dos programas de investimento públicos, procurando assegurar que os recursos para as despesas de capital estejam efectivamente assegurados, pois são os investimentos públicos que garantem o surgimento das infra-estruturas necessárias à efectiva prestação do serviço público que todos desejamos, bem como constituem o sustentáculo para o crescimento económico, a diversificação da economia e a geração de mais empregos para a crescente mão-de-obra que a sociedade oferece todos os anos, tendo em conta a estrutura etária da população angolana que se situa na média dos 18 anos de idade. Eis porque pensamos que deveremos evitar, no futuro, taxas de execução do PIP, aos níveis de 2016 e 2017.

Excelências,

Angolanas e angolanos

É importante referirmos que já se regista uma regularidade no processo de fiscalização e controlo das contas públicas, ou seja da Conta Geral do Estado desde 2011, com um contínuo aperfeiçoamento, com melhoria das falhas, incorrecções e irregularidades, tendo em conta as recomendações, tanto do Tribunal de Contas, como da Assembleia Nacional, o que tem contribuído claramente para um melhor desempenho do Executivo no seu todo e, em particular, todos os entes que prestam serviço público.

Esta importância é cada vez mais relevante, quando estamos em presença, na nova conjuntura tanto política como económica que vivemos hoje, de um processo de prestação de contas dos vários entes gestores de instituições e de recursos públicos, o que só é possível ser concretizado de forma coerente e pragmática pela existência dos registos em sede das contas públicas, das execuções dos Orçamentos do Estado, das constatações das entidades de controlo interno do próprio Executivo, como são a Inspecção Geral do Estado e as demais inspecções sectoriais.

Deve-se reconhecer, por isso, que a interdependência de poderes é que permite que o Estado funcione como um corpo único e harmonioso, sendo este o resultado do processo de fiscalização política, através de informações partilhadas e não com acusações, insultos ou suspeições generalizadas para quem é da maioria. É um dever cívico respeitar e considerar o semelhante, como é a prestação de contas.

Por isso, a Bancada Parlamentar do MPLA solidariza-se com os esforços do Executivo, à cabeça de Sua Excelência o Presidente da República Dr. **João Manuel Gonçalves Lourenço** na sua árdua e ingente tarefa de traduzir os programas e projectos em produtos palpáveis em prol do bem estar de todos os angolanos, apesar do momento financeiro menos bom que o País está a atravessar.

Finalmente a Bancada Parlamentar do MPLA encoraja o Executivo no sentido de que todo esse esforço de gestão conjuntural acima referido, deve resultar em maior capacidade para a realização dos investimentos necessários ao crescimento da economia, à diversificação da economia, à geração de mais empregos e ao bem estar dos angolanos tendo em conta a prioridade e ao que é efectivamente exequível.

Nós confiamos no executivo, que tudo está a fazer para a melhoria do que está bem e para a correcção do que está mal, pelo que somos favoráveis à aprovação da Conta Geral do Estado do exercício Económico de 2017.

Muito obrigado

Tu tondele

Twa pandula

Tunasakwila

Twa sakidila

Matondo

Grupo Parlamentar do MPLA em Luanda, aos 20 de

Junho de 2019

O Presidente

Américo António Cuononoca

Deputado